

LA-29

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS

*QUESTÕES PARA UMA PLANIFICAÇÃO
LINGUÍSTICA EM MOÇAMBIQUE*

Arlindo António Folige

Maputo, 1998

LT-29

QUESTÕES PARA UMA PLANIFICAÇÃO LINGUÍSTICA EM MOÇAMBIQUE

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em linguística da Universidade Eduardo Mondlane.

F. LETRAS U.E.M.	
R. E.	27095
DATA	/ /
AQUISIÇÃO	Oficial
COTA	LI-29

Por: Arlindo António Folige

Supervisor: Prof. Doutor Armando Jorge Lopes

Maputo, Moçambique

1998

DECLARAÇÃO

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na essência, para a obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

Arlindo Antônio Folige
06.08.98

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho foi possível graças ao apoio de várias pessoas.

Gostaria de exprimir os meus profundos agradecimentos ao meu supervisor, Prof. Doutor Armando Jorge Lopes, pela distinta paciência e disponibilidade que demonstrou durante todo o processo do trabalho, pelo estímulo e, sobretudo, pela didáctica orientação metodológica e confiança transmitidas, sem as quais a realização desta tarefa não teria sido possível dentro dos prazos estipulados.

Tenho a agradecer a todos os meus professores, da escola Pré-Primária ao 5º ano de licenciatura, pelos conhecimentos e capacidades que me transmitiram.

Devo também agradecimentos especiais:

Ao dr. Jorge Pondeca, por me ter transmitido confiança e apoio moral para o ingresso na UEM e durante os cinco anos de grandes desafios.

Ao dr. Feliciano Chimbutane, pela sábia forma didáctica e metodológica como me ensinou.

À dr. Julieta Langa e ao professor Arlindo Chemane, pelo apoio moral prestado.

Aos meus distintos amigos, Manuel Sabino, Armindo Pondeca, e Sijaona Ali, pelo venerável apoio prestado; igualmente aos meus colegas, Jorge Alfeu, Anchura Urcy, Fernanda Matsinha, Amélia Bibiana, Ventura Mulatinho, Rafael Sendela, Vasco Nhussi e António Guerra.

Aos senhores Issufo Amir Eahaia e Natalino J.A. de Sousa, pelo apoio material prestado e paciência demonstrada.

A todos os meus familiares, em especial à minha esposa, aos meus pais, irmãos e sobrinhos, pelo carinhoso acompanhamento e por terem suportado prolongadamente o meu mau humor, motivado pelas óbvias dificuldades académicas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
DEMOGRAFIA E TAXA DE ANalfabetismo.....	3
O PROCESSO DE ACOMODAÇÃO DO ÁRABE (LÍNGUA RELIGIOSA).....	7
AS INFLUÊNCIAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS NO PROCESSO DE PLANIFICAÇÃO LINGUÍSTICA.....	11
AS CONEXÕES ENTRE AS MUDANÇAS LINGUÍSTICAS E AS MUDANÇAS SOCIAIS.....	16
A PROBABILIDADE DE MORTE DE UMA LÍNGUA.....	19
CONCLUSÕES.....	24

RESUMO

No presente Trabalho de Projecto (T.P.), cujo título é "Questões para uma Planificação Linguística em Moçambique", fazemos um estudo sobre alguns assuntos de planificação linguística que julgamos pertinentes considerar no contexto de Moçambique, país multilingue e em processo de (re)construção.

São sete os pontos do presente T.P., a saber:

- * Capítulo I - Introdução, que indica o objecto do T.P., a área de estudo e os assuntos a serem abordados, a motivação da escolha, a importância do estudo, os objectivos e a metodologia.
- * Capítulo II - Apresentam-se considerações de índole demográfica sobre a taxa de analfabetismo.
- * Capítulo III - Trata-se do processo de acomodação do Árabe (língua religiosa).
- * Capítulo IV - Analisam-se as influências nacionais e internacionais no processo de planificação linguística.
- * Capítulo V - Estudam-se as conexões entre as mudanças linguísticas e as mudanças sociais.
- * Capítulo VI - Apresentam-se reflexões sobre a probabilidade de morte de uma língua.
- * Capítulo VII - Apresentação das conclusões.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

A vida quotidiana de individualidades, colectividades ou de instituições é caracterizada por acções organizadas ou não. Todavia, o desejável é que sejam organizadas de modo a atingir, com eficácia, os objectivos, que são a meta (explícita ou implícita) de qualquer tarefa. Essas acções organizadas são geradas por uma disposição conexas: a planificação.

Existem diferentes planos em função do objecto. O nosso é sobretudo linguístico. Vamo--nos cingir a aspectos de planificação linguística em Moçambique. Conforme afirma Lopes (1997:11): "... as questões práticas e teóricas na investigação em contextos multilingues tais como a promoção dos direitos das línguas indígenas, o desenvolvimento das variedades não-nativas de língua, os métodos do ensino de línguas e muitos outros assuntos de linguística aplicada como políticas curriculares ou alfabetização - mantêm entre si uma estreita ligação e interessam, realmente, à política e planificação linguística."

Sendo assim, numa perspectiva monográfica, vamos abordar alguns assuntos que julgamos pertinentes para uma boa planificação linguística. Abordaremos assim aspectos de demografia e a taxa de analfabetismo, o processo de acomodação do Árabe (como língua religiosa), as influências nacionais e internacionais no processo de planificação linguística, as conexões entre mudanças linguísticas e mudanças sociais e, por fim, apresentamos reflexões sobre a

probabilidade de morte de uma língua.

Moçambique é um país independente, que está em processo da sua (re)construção. Consequentemente, precisa de levar a cabo essa gigantesca tarefa, guiando-se por planificações esmeradas, tendo em conta também a sua multiplicidade. Sentimo-nos, assim, no direito e dever de, pelo menos modestamente, darmos a nossa contribuição. Julgamos que através da apresentação e discussão de alguns assuntos ligados ao processo de planificação linguística, estaremos a tentar dar o desejado contributo.

Partindo do princípio de que o desenvolvimento de um país ou sociedade não pode ser visto apenas na perspectiva de progresso económico e tecnológico, mas também pela evolução social, política, linguística e cultural, que são os suportes das emoções e frustrações dum povo, propusémo-nos realizar o presente estudo com os seguintes objectivos:

- i) (re)activar esforços de quem de direito e dever para encorajar acções que conduzam a um progresso linguístico racional;
- ii) contribuir com elementos que poderão ser úteis para os planificadores na linguística.

Socorremo-nos de fontes diversas, em particular documentais, para o equacionamento das várias problemáticas e tratamento de aspectos de planificação linguística respeitantes a Moçambique.

CAPÍTULO II

DEMOGRAFIA E TAXA DE ANALFABETISMO

Um dos aspectos a ter em consideração em qualquer processo de planificação linguística é a informação (quantitativa e qualitativa) sobre os sujeitos. Aliás, é nessa perspectiva que o Instituto Nacional de Estatística realizou um "Inquérito Nacional aos Agregados Familiares sobre Condições de Vida" entre Março de 1996 e Abril de 1997, tendo como um dos objectivos fornecer dados actualizados e fiáveis aos planificadores e outros organismos nacionais e internacionais empenhados na melhoria das condições sócio-económicas da população.

Moçambique é linguisticamente complexo e um dos factores dessa complexidade é a multiplicidade de línguas e culturas, situação idêntica a outros países da região, como por exemplo, a África do Sul, como indica Webb (1994:245). Basta para isso observar que vinte e três línguas bantu (LBs) e a língua portuguesa, para além de outras línguas ou talvez variedades, cujos nomes não foram revelados no Inquérito acima referido, são faladas em Moçambique. Siteo et. al. (1995) indicam que as línguas com maior número de falantes são o Emakhuwa, o Xitsonga, o Shishona, o Cisená, o Cinyungue, entre outras. Do Inquérito Nacional constam cinquenta e sete indicações (entre línguas, dialectos, sub-dialectos, etc.) bantu faladas por 91% da população em Moçambique como língua materna (LM); a língua portuguesa, como LM cobre 3%; e outras línguas (sem revelação dos nomes) ocupam 6%, também como LMs. (Vide Anexo I).

Por aquilo que se dá a observar, Moçambique está em situação de alta diversidade linguística, sendo o grupo linguístico maioritário o de Emakhuwa com 23,3%, de acordo com os dados do Inquérito.

Quanto à situação de analfabetismo, e segundo um estudo divulgado pelo Anuário Estatístico da UNESCO ("Statistical Yearbook, 1990, Paris: UNESCO"), a taxa de analfabetismo em Moçambique regista a seguinte distribuição (para maiores de 15 anos):

* 1985 - 62%;

* 1990 - 71,1%.

Mas em 1975, segundo Bhola (1992:245-6), 90% da população moçambicana era analfabeta.

Conforme se pode depreender, de 1975 a 1985 registou-se um abaixamento significativo - de 90% para 62%. Porém, em 1990 voltou a verificar-se uma subida para 71,1%. Com os resultados do censo populacional de 1997, informações actualizadas serão fornecidas a este respeito. Para a explicação desta oscilação, Bhola (op. cit.) afirma que apesar de todos os países da África Austral estarem interessados em proporcionar uma alfabetização para adultos e educação primária universais, a desestabilização económica e militar em Moçambique destruiu as infra-estruturas e a moral da população. É assim que de 1983 a 1988 se assiste a um abrandamento acentuado das campanhas de alfabetização (o que explica a subida - de 62% em 1985 para 71,1% em 1990). Ainda quanto à questão de alfabetização, até 1990, esta era feita somente em língua portuguesa. Como pano de fundo para a questão da alfabetização, há a referir que o Português, língua oficial, é usado como LM, segundo o Inquérito supracitado, por:

i) 12,6% - nas áreas urbanas; e

ii) 0,4% - nas áreas rurais.

Por outro lado, as LBS, como LMs, são faladas por:

i) 86,4% - nas áreas urbanas; e

ii) 92,2% - nas áreas rurais.

Outras línguas, cujos nomes não foram revelados, são usadas também como LMs por :

i) 1,0% - nas áreas urbanas; e

ii) 0,4% - nas áreas rurais. (Vide Anexo II).

É preciso salientar que a escolarização em LBs (ainda em regime experimental) foi introduzida em 1993 pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento de Educação (INDE), seguindo um "modelo de transição para a língua segunda (L2)"¹ através de duas experiências: Xichangana em Gaza e Cinyanja em Tete.

¹ Lopes (1997:28): "(...) modelo que utiliza uma língua bantu (L1) como língua de ensino nos primeiros anos de instrução primária como um estágio em direcção ao ensino posterior exclusivamente apenas em Português."

CAPÍTULO III

O PROCESSO DE ACOMODAÇÃO DO ÁRABE (LÍNGUA RELIGIOSA)

Moçambique é um Estado laico. Apesar disso, apresenta um panorama religioso considerável, como por exemplo, o Animismo, o Catolicismo, o Protestantismo e o Islamismo. É sobre esta última religião que se vai centrar a nossa atenção, pelas seguintes razões:

i) esta religião, cuja influência começou a fazer-se sentir a partir do século VII da nossa era, de acordo com Gonçalves (1958:206), tem uma língua litúrgica própria - o Árabe (para além do Swahili²);

ii) é uma religião dotada de forte poder expansivo, isto é, "uma religião profundamente missionária" e em que cada muçulmano está sempre disposto a atrair outros indivíduos para o seu credo, segundo o mesmo autor;

iii) a respectiva língua litúrgica, apesar de ser difundida há muitos séculos, tanto no Recenseamento Geral da População de 1980, como no Inquérito atrás referido, não está destacada (através da identificação pelo nome), pressupondo-se assim que esteja no grupo de "Outras Línguas", provavelmente por possuir menor número de falantes (pelo menos como LMs).

Contrariamente ao que acontecia aquando da missionização ocidental a outras regiões - transformação das línguas ocidentais de modo a adequarem-se às realidades locais ou então traduções de Bíblias para as línguas locais (tarefa levada a cabo por várias instituições, entre as

quais o "Summer Institute of Linguistics" - SIL) -, a difusão do Islamismo não tinha em consideração as línguas e os contextos nativos. Esta é uma manifestação de i) uma atitude idêntica à de quase todas as missões no século XIX, como por exemplo, em relação ao que acontecia com as línguas do Pacífico, na altura consideradas primitivas, repositórios de perversão e degradação moral, de acordo com Mühlhäusler (1996:140); ou de ii) um *status quo*, para evitar um hipotético conflito pelo domínio na nova religião das comunidades-alvo.

Apesar do facto da islamização não considerar, em geral, as realidades dos povos-alvo, este processo foi quase sempre coroado de êxito a nível da África Austral, especificamente em Moçambique, devido a várias razões, entre as quais destacamos, citando Gonçalves (op. cit.), as seguintes:

i) crescente uso de escolas corânicas e de outros locais de difusão do Islamismo [esclarece o autor que a primeira coisa que o muçulmano costuma fazer quando chega a algum local, é fundar escolas, onde ministra o ensino da língua árabe];

ii) uso cada vez mais intenso das emissões radiofónicas, bem como o crescente recurso ao livro e ao jornal escritos em Árabe, para além das películas cinematográficas.

Os procedimentos de islamização - a imposição do uso da língua árabe - teve impactos linguísticos e sociolinguísticos positivos e negativos.

Por um lado, foi positivo porque se se tivesse seleccionado uma língua local, isso poderia ter conduzido ao desaparecimento das suas variantes, pois os falantes destas iriam considerar a

2 De acordo com Prata (1983:9), Swahili é uma mistura de Bantu e Árabe.

escolhida como mais prática e funcional. Por outro lado, foi negativo porque todas as línguas locais passaram a ser estigmatizadas como línguas primitivas, repositórios de perversão e de degradação moral, o que, pelo menos em termos teóricos, conduz a uma eventual morte das línguas.

Mas tendo em conta que uma língua (materna) reflecte a herança e identidade de um povo, o procedimento aludido pode ser considerado mais positivo do que negativo, porque se se tivesse seleccionado uma língua local, esta passaria a não reflectir a identidade do falante, mas sim uma tentativa de reflectir a alheia.

Atendendo à semelhança entre a antiga missionização por parte da "metrópole" e a islamização, podemos considerar algumas razões subjacentes à opção pela língua árabe, servindo--nos do trabalho Mühlhäusler (op. cit.):

- i) não havia outras línguas que facilmente expressassem a mensagem do Alcorão;
- ii) os difusores do Islão, como representantes das nações árabes, tendiam a considerar que havia uma forte ligação entre a sua língua e os processos de civilização e de islamização;
- iii) pressões económicas, tais como a disponibilidade de exemplares do Alcorão e de livros de leitura em língua árabe, influenciavam a escolha devido à onerosa produção de novos materiais em línguas indígenas.

Sendo assim, os islamizadores viam-se na utópica contingência de criar um monolinguismo (com a língua árabe).

Apesar de tudo, os indígenas não deixavam de seguir as práticas do Islão com menor rigor, apesar da sua fraca proficiência no domínio da língua litúrgica. A este respeito, Peirone (1967:183-4) esclarece que coexistem o Islão e o Animismo na mesma sociedade moçambicana, no mesmo indivíduo e até no ritual animista. O Islamismo apresentou-se como um sistema sócio-cultural africano/moçambicano, mas superior ao mesmo, daí que o muçulmano moçambicano tenha entrado, como parte integrante, para a comunidade muçulmana internacional - um sistema social que elevaria o seu nível de vida. Esta difusão do Árabe parece-nos ter-se circunscrito mais ao nível religioso do que ao nível do domínio linguístico em geral, razão pela qual, nos registos sobre as línguas faladas em Moçambique, ainda não constitui referência, sobretudo como LM. Assim, em relação a esta língua, não julgamos haver, por enquanto, necessidade dum consideração especial no processo de planificação linguística.

CAPÍTULO IV

INFLUÊNCIAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS NO PROCESSO DE PLANIFICAÇÃO LINGUÍSTICA

Em Moçambique existem três estratos linguísticos diferentes pela sua origem, segundo Siteo et. al.(1995):

a) língua portuguesa, que é a do antigo colonizador, do ensino, da administração pública e veículo de um determinado tipo de comunicação entre falantes de diferentes LBs faladas no território;

b) várias LBs que, pelo número significativo dos seus falantes e pela sua distribuição no território, constituem o estrato maioritário;

c) outras línguas (não identificadas pelos nomes, presumivelmente pela baixa demografia).



A difusão da língua portuguesa data do período entre o século XV e XVI com o acompanhamento da expansão portuguesa (Hornberger, 1994:220). Contudo, de acordo com Silva e Gunnewiek (1992:72), apenas na década de 30 do presente século é que Portugal começou a ter uma política oficial de difusão da língua, com o estabelecimento duma rede de conferencistas e assistentes, ensinando Português em diversas partes, incluindo universidades europeias e americanas. Mesmo assim, e ainda de acordo com estes dois autores, apenas na década de 80 é que os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOPs), incluindo

obviamente Moçambique, passaram a constituir foco da política portuguesa. Estes países exercem um grande papel através de processos que conduzem à sobrevivência e à difusão do Português nos seus territórios e em organismos como a Organização da Unidade Africana (OUA), e a Comunidade dos Países da África Austral (SADC).

O Brasil também está oficialmente envolvido na difusão da língua portuguesa, desde 1932, através de Centros de Estudos Brasileiros, que colaboram com as Embaixadas Brasileiras.

Para Portugal e Brasil, a manutenção do estatuto do Português como língua oficial e a criação de oportunidades para a sua aquisição constituem os actuais enfoques no âmbito da planificação. Porém, estes dois enfoques parecem constituir, para a realidade moçambicana, um paradoxo porque há que se fazer a promoção da norma da língua oficial, que é distinta da virtual norma do Português de Moçambique e assegurar ao mesmo tempo o sucesso académico dos alunos que chegam à escola falando outras línguas.

De acordo com Silva e Gunnewiek (op. cit.), o Governo de Lisboa justifica esta política pela sua obrigação de garantir a sobrevivência da língua em África, neste caso particular, em Moçambique. Contudo, revelam estes autores, que razões políticas e económicas desempenham determinados papeis cruciais. Aliás, situação idêntica verifica-se em relação ao funcionamento da francofonia, como nos indica Djité (1990:95).

O que é um facto é que tanto Portugal como o Brasil possuem instituições empenhadas no

processo de difusão da língua portuguesa, lideradas por certos Ministérios. Para o caso do primeiro país, constatamos a existência do Ministério da Educação para a orientação de instituições como por exemplo, o Instituto de Língua e Cultura Portuguesa e a Direcção de Apoio e Extensão Educativa. Para o caso do segundo país, são os Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Educação que dirigem as instituições que se ocupam da difusão da língua.

Contudo, no caso de Moçambique, falar e tratar das línguas bantu, é um aspecto fundamental da situação linguística de Moçambique.

O censo de 1980 indicou que 98,8% dos moçambicanos tem uma LB como LM e apenas 1,2% é que tem a língua portuguesa como LM. É de salientar que o censo realizado em 1997 fornecerá novas e mais actualizadas informações sobre o assunto. Todavia, é provável que os valores percentuais dessa nova informação não venham a estar muito longe dos indicadores contantes do Inquérito Nacional aos Agregados Familiares que são os seguintes:

- i) Cidadãos que têm como LM uma LB - 91%;
- ii) Cidadãos que têm como LM língua portuguesa - 3%
- iii) Cidadãos que têm como LM outras línguas (não identificadas pelos nomes) - 6%.

De acordo com Firmino (1997), dentro do país, numa forma geral, não há nenhuma língua maioritária; podendo-se identificar, porém, a nível das províncias, línguas maioritárias, minoritárias e regionais, definidas estas últimas como sendo as de maior expansão. Reconhece que o conhecimento que se tem das LBs ainda não é totalmente satisfatório, sobretudo, porque

os dados disponíveis precisam de ser validados e apoiados por um trabalho de campo.

Quanto a outro estrato linguístico referido no Inquérito por "outras línguas", não há muito a dizer, pois são de importância marginal. Isto deve-se ao facto de não haver estudos, pelo menos, sistematizados. Sabe-se apenas a partir do Inquérito que o número de cidadãos que têm a língua espanhola como LM corresponde a 0,01% do total da população. Mas não deixa de ser curioso que o Inquérito tenha registado estas informações de forma explícita.

Já referimos que a língua oficial em Moçambique é a portuguesa. Existem acções planificadas por parte de Portugal e de Brasil com vista a um uso do Português de forma mais massiva. Essas acções são demonstradas pelos esforços empreendidos pelos dois países na difusão da língua portuguesa, fundamentalmente nos países estrangeiros. Silva e Gunnewiek (op. cit.) explicam que a Constituição da República Portuguesa (Art. 78, nº2, parágrafo d)) explicita que o Estado tem a obrigação de desenvolver relações culturais com todos os povos, especialmente aqueles cuja língua oficial é portuguesa, e garantir a protecção e promoção da cultura portuguesa em países estrangeiros.

No âmbito de "Outras Línguas", para Silva e Gunnewiek (op. cit.) destacam-se as de origem indiana e paquistanesa (Hindu, Gujarati, Urdu, Tamil, Concani), a espanhola e a língua inglesa, que na sociedade e na Universidade de Maputo, segundo esses mesmos autores, está adquirindo o estatuto de língua importante.

Em Moçambique têm-se verificado movimentos migratórios das populações à procura de emprego. Para o exterior, sobretudo para os países vizinhos, esses movimentos remontam ao período colonial, basicamente para a África do Sul. Os contactos prolongados entre falantes de diferentes línguas ou variantes resultam em influências linguísticas mútuas. Assim, os moçambicanos que trabalham na África do Sul e a população que foi obrigada a permanecer refugiada em países vizinhos aquando da guerra passada, sofreram/sofrem influências. Há a sublinhar que para o "sucesso" dessa influência concorrem factores sociais. Sabe-se que este país é um dos mais pobres do mundo. Consequentemente, os que vão, por exemplo, para as terras sul africanas, quando regressam, revelam complexos de superioridade, devido às suas condições sócio-económicas já melhoradas e daí, o desejo ávido de se vincarem como imigrantes. Esse vincar é manifestado linguisticamente através de uma forma de expressão diferente.

Perante este quadro de constatações, julgamos não haver dúvidas de que existem influências nacionais, regionais e internacionais que, no processo de planificação linguística, devem merecer a atenção dos linguístas e demais estudiosos.

CAPÍTULO V

AS CONEXÕES ENTRE AS MUDANÇAS LINGUÍSTICAS E AS MUDANÇAS SOCIAIS

As línguas são recursos instrumentais das sociedades, na medida em que são utilizadas por estas com determinados propósitos. Sendo assim, esses recursos sofrem também transformações. Para além disso, a planificação linguística é usada para o alcance doutros objectivos, tais como a participação política ou a integração nacional (Mazrui, 1996:125). Reconhece-se, contudo, que há casos em que se dá o contrário, isto é, a planificação linguística surge como consequência duma outra planificação, a social, como por exemplo, a planificação do género, que é feita por alguns países africanos para garantir melhor participação feminina nos parlamentos da nova África democrática. Esta planificação deve-se ao facto de em muitos países se utilizar a língua do ex-colonizador (europeu) em actividades parlamentares, língua essa que é dominada por um menor número de mulheres, quando comparado com o de homens.

A este respeito, Lopes (1997:25) não coloca o problema moçambicano numa perspectiva essencialmente de género, mas sim numa visão globalizante, afirmando que a utilização exclusiva do Português (uma língua europeia) no parlamento constitui, para alguns parlamentares, um impedimento para a comunicação e participação nos debates. Reconhece que não seja possível encontrar uma solução técnica proximamente, mas adianta que o recurso aos meios de comunicação públicos, especialmente a televisão (programas conduzidos em LBs e

com legendas em Português) teria efeitos importantes.

Outro aspecto colocado por este autor relaciona-se com o uso da língua portuguesa nos tribunais. A proposta e explicação é que "se e quando fosse necessário, deveria haver interpretação (língua bantu.-língua portuguesa) não só para garantir o direito humano do indivíduo de utilizar a sua língua materna (...), mas também para a conveniência dos magistrados formados sob influência da "escola ocidental". Sugere ainda que as sentenças deveriam ser escritas tanto na LB utilizada durante os procedimentos no tribunal como na língua portuguesa.

A serem concretizadas propostas deste tipo, elas constituiriam exemplos pragmáticos de um tipo de planificação social que se articula com desejados tipos de planificação linguística.

Mazrui (op. cit.) salienta que uma boa de convergência entre planificação linguística e social, concretamente a do género, pode ser encontrada em países onde haja uma língua indígena falada em todo o território nacional. Se retivermos tal asserção, fica claro que, dada a complexidade linguística moçambicana, seria difícil haver uma convergência total entre a planificação linguística e a social, pelo menos o tipo de planificação a que Mazrui se refere.

Apesar disso, os esforços que se verificam actualmente, por exemplo, com a introdução da alfabetização em LBs faladas em Moçambique, são o prenúncio duma participação aberta, activa e harmónica da sociedade moçambicana nas tarefas nacionais, independentemente desta dominar a língua portuguesa. Esta participação é bastante útil e imperiosa. Com idêntico

propósito, Djité (1990:98) esclarece que o desenvolvimento não pode ser medido apenas em termos de progresso tecnológico e económico, mas também pela evolução sócio-política e cultural dum povo. Esta evolução é manifestada pela participação acima referida. Porém, o mesmo autor chama a atenção para que neste grande processo de transformações não se esqueça que a aprendizagem hoje em dia tem uma motivação mais instrumental . Tanto Djité (op. cit.) como Lopes (op. cit.) reconhecem a hegemonia actual do Inglês como língua franca internacional. O último sugere que as antigas potências coloniais (e não só) deveriam ser mais sensíveis para com outras especificidades, que não apenas as associadas ao negócio, e mostrar, através da acção, que se está a operar uma mudança de consciência. Não duvidamos, de facto, que Moçambique seja exemplo, apesar dos grandes desafios.

CAPÍTULO VI

A PROBABILIDADE DE MORTE DE UMA LÍNGUA

As línguas são um recurso social, daí que estejam sujeitas aos solavancos dos processos sociais. Para que esses solavancos não sejam funestos às línguas, é necessário que a própria sociedade e suas instituições se empenhem na preservação das línguas. Essa preservação inclui a manutenção, difusão e adaptação das línguas às realidades modernas.

Tendo em conta a complexa e diversificada realidade linguística moçambicana, falar de preservação linguística é abordar um tema extremamente interessante e útil. Isto porque desperta-se a curiosidade de saber se são todas as línguas faladas no país a serem abordadas nesse processo de preservação, se são apenas algumas e quais, porquê, como, e quais serão as repercursões, etc.

Em relação ao Português, a preservação, numa perspectiva expansiva, é feita em cumprimento da política linguística de Portugal na manutenção e difusão da língua, iniciada na década 80, com a justificação de que é obrigação de Portugal garantir a sobrevivência da língua portuguesa em África e, neste caso particular, em Moçambique (Silva e Gunnewiek, 1992:73,78). Isto para além da manutenção do estatuto de prestígio do Português e a criação de oportunidades para a sua aquisição constituírem os actuais enfoques de planificação e de aprendizagem da língua.

Dentre as várias estratégias visando a preservação linguística, a básica é a alfabetização. Para Bhola (1992:243), a alfabetização é definida como a habilidade de ler e de escrever na LM. Mas por várias razões, políticas e práticas, nem sempre tem sido possível ensinar em LM (LB). Por conseguinte, as línguas "metropolitanas" são as que têm sido escolhidas para a alfabetização. De facto, estas constatações reflectem a actual realidade de Moçambique.

A alfabetização contém uma dimensão adicional, que se repercute numa desigual capacidade humana. Segundo o autor supracitado, como intervenção social, a alfabetização provoca consequências económicas e políticas variadas. E foi assim que durante a luta armada, a Frelimo utilizou a alfabetização (de adultos) como meio para a mobilização da população nas zonas libertadas. De 1975 a 1983, cerca de 500.000 pessoas foram alfabetizadas e, consequentemente, notou-se uma mudança nas suas relações sociais, como sejam as relações de género e de classe. Aliás, ainda segundo Bhola, na Declaração de Harare de Julho de 1992, a UNESCO colocara aos países da região Austral de África, o seguinte desafio: "Erradicação do analfabetismo através de duas frentes de campanha", nomeadamente:

- i) a universalização da educação primária para as crianças; e
- ii) a promoção da alfabetização de jovens e adultos numa escala massiva.

Neste contexto, Moçambique, ao introduzir o projecto "Uma Experiência de Escolarização Bilingue em Moçambique" (PEBIMO), começou a implementar a decisão da UNESCO, que considera a alfabetização em LM como um direito humanitário. Registaram-se no continente africano diversas acções visando pôr em prática os princípios dirigidos pela UNESCO. Uma

voz poderosa neste âmbito foi a de Abdou Diouf, presidente do Senegal, quando no discurso de abertura da 3ª Conferência Francófona em Dakar, apelou para a manutenção do pluralismo cultural e linguístico e para a unidade na diversidade (Djité, 1990:93).

Encontrando-se Moçambique, numa situação de alta diversidade linguística, das questões que se podem colocar em relação aos critérios para a escolha da(s) língua(s) a usar na educação, Veloso (1997) procura, socorrendo-se de estudos realizados por David Dalby, dar destaque a quatro opções para os países africanos subdesenvolvidos, a saber:

- a) utilização apenas da língua oficial para todos os assuntos oficiais;
- b) escolha de uma língua africana para a desenvolver como língua nacional;
- c) escolha de algumas LMs para as desenvolver, sobretudo as de maior extensão; e
- d) desenvolvimento de todas as LMs africanas.

Lopes (op. cit.) e Veloso, esta na senda daquele, indicam que se deve caminhar em direcção ao reconhecimento de todas as línguas como oficiais. Veloso considera que é indispensável começar por algumas e gradualmente desenvolver programas educativos num número cada vez maior até se abarcar todas. Isto é, que se comece pela opção "c" com vista a alcançar a "d". Nesta base, há que se definir critérios de escolha da língua pela qual se deve começar. Veloso considera importante o critério sociolinguístico.

Este critério é de consciencialização e melhoramento das atitudes da sociedade em relação às línguas indígenas: o apoio dos pais, professores, alunos, dirigentes e da comunidade em geral

desempenha um papel importantíssimo na implementação dos programas de educação bilingue. É necessário que as autoridades consigam explicar, a toda a comunidade, as implicações de se ensinar e de se aprender através de uma língua e conseguir convencê-los das vantagens pedagógicas e culturais associadas à promoção de educação em LM e à promoção do bilinguismo.

Para Lopes, outro critério importante seria "a qualidade de todo o programa". Nele, além do referido desenvolvimento de todas as LBs, há que se conceber planos de estudo e curricula bilingues (LB e Português) realistas, de modo a garantir o desenvolvimento de uma proficiência efectiva dos aprendentes de cada par de línguas. Outros aspectos são o indispensável grau elevado da competência dos professores e seus instrutores/formadores em metodologia, LB e em Português; para além de que a calendarização, a elaboração dos manuais bilingues e outros materiais didácticos também são indispensáveis. Indispensável também é o acompanhamento de perto dos programas, por parte de especialistas em educação bilingue dos órgãos centrais.

Mas Lopes alerta, igualmente, para a necessidade da "escolha cuidadosa de um modelo de ensino bilingue". Considera que um determinado modelo bilingue de ensino será adequado em certas circunstâncias (e para alguns fins). Sendo assim, adianta que um modelo adequado para Moçambique seria o que promovesse o "bilinguismo inicial", que implica a utilização, desde o início, duma LB e da língua portuguesa como línguas de ensino. Esclarece que é também um modelo de transição, uma vez que em qualquer momento, durante o processo de escolarização, haverá mudança para um ensino apenas através do Português. E refere que é necessário

assegurar, em primeiro lugar, e acima de tudo, a qualidade para se evitar o fracasso. Para isso, é preciso que se intensifiquem esforços e se angariem fundos para pôr em prática o melhor modelo possível.

Os critérios apresentados parecem-nos aceitáveis, pois têm em conta as condições sócio-políticas e económicas do país e os virtuais clamores dos cidadãos, pondo, assim, de lado os "fantasmas" de:

- i) morte de uma língua, que ocorre em circunstâncias fora do controlo de algum agente (Skutnabb-Kangas 1996:94); e
- ii) "linguicide"/genocídio linguístico passivo - o deixar a língua morrer, não a apoiando, segundo a mesma autora.

Todos os esforços, tanto no âmbito da educação formal como no da alfabetização, são determinantes para que as línguas, outrora oprimidas, se libertem, fugindo de cenários que possam induzir ou precipitar a morte de língua.

CAPÍTULO VII

CONCLUSÕES

A leitura deste trabalho permite-nos fazer sínteses das conclusões dos diferentes capítulos nele tratados.

Partindo do princípio de que o domínio de uma língua de comunicação mais ampla (LCMA) permite um melhor posicionamento e maior probabilidade de ascensão sócio-económica e política (Lopes,1992), concluímos que a esmagadora maioria dos moçambicanos ainda não usufrui, com equidade, de regalias sociais, dada a elevada taxa de analfabetismo registada em língua portuguesa (única língua oficial e a LCMA em Moçambique). Apesar disso, a probabilidade de morte de uma língua é remota. As mudanças linguísticas, umas vezes surgem como consequência das mudanças sociais, outras vezes surge de forma contrária. Há a salientar que os sistemas nacionais e internacionais exercem influências no processo de planificação linguística. Existem línguas (nas quais se pode incluir o Árabe - língua religiosa) que, presumivelmente, pelo seu baixo número de falantes, foram de importância menor no Censo Populacional de 1980 e no Inquérito Nacional. Essa marginalização leva-nos a concluir que o Árabe parece não merecer ainda alguma atenção especial para o processo de planificação linguística.

Perante este quadro, sentimo-nos impelidos a desejar a continuação de bom trabalho às instituições como o Núcleo de Estudos de Línguas Moçambicanas (NELIMO), a Fundação

Friedrich Ebert, a Sociedade Internacional de Linguística (SIL) e o Instituto de Desenvolvimento da Educação (INDE), que estão empenhados directa ou indirectamente na promoção das LBs faladas em Moçambique. Gostaríamos de ver individualidades, outras instituições e a comunidade internacional a empenharem-se na criação de condições que conduzam à promoção e desenvolvimento das línguas bantu, porque estas também contribuem, e de que maneira, para o desenvolvimento e bem estar da população. Para tal, todos os esforços são indispensáveis.

ANEXO I: População Moçambicana: nº de falantes e percentagem.

Estrato linguístico	Nº de falantes como Língua materna (LM)	Percentagem
Línguas Bantu	14681340	91%
Português	489915	3%
Outras Línguas	964148	6%
TOTAL	16135403	100%

ANEXO II: População Moçambicana: nº de falantes e percentagem por áreas: rural e urbana.

Estrato Linguístico	Área Rural		Área Urbana	
	Nº de falantes como LM	Percentagem	Nº de falantes como LM	Percentagem
Línguas Bantu	1.636.441	92,2%	3044899	86,4%
Português	44.797	0,4%	445118	12,6%
Outras Línguas	929.464	7,4%	34684	1,0%
TOTAL	12610702	100%	3524701	100%

FONTE: Instituto Nacional de Estatística - Inquérito Nacional aos Agregados Familiares sobre Condições de Vida, Janeiro de 1998.

BIBLIOGRAFIA

- Ammon, U. (1992). The Federal Republic of Germany's Policy of Spreading German. International Journal of Sociology of Language 95, 33-50.
- Bhola, H. S. (1992). Literacy in Southern Africa. Annual Review of Applied Linguistics 12, 243-259.
- Djité, P. G. (1990). The Place of African Languages in the Revival of of the Francophonie Movement. International Journal of Sociology of Language 86, 87-102.
- Firmino, G. (1997). Situação Linguística do País. In Estratégias de Introdução e Expansão do Ensino em Línguas Moçambicanas. Maputo: INDE. pp.7-8.
- Gonçalves, J.J. (1958). O Mundo Árabo-Islâmico e o Ultramar Português. Lisboa.
- Horneberger, N. H. (1994). Language Policy and Planning in South America. Annual Review of Applied Linguistics 14, 220-239.
- Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (1998). Uma Experiência de Escolarização Bilingue em Moçambique. Maputo: INDE.

- Instituto Nacional de Estatística (1998). Inquérito Nacional aos Agregados Familiares sobre Condições de Vida. Maputo:INE.
- Lopes, A. J. (1997). Política Linguística: Princípios e Problemas. Maputo: Livraria Universitária.
- _____ (1992). Considerations on Literacy in the Promotion of Effective Learning and Use of African Languages. In A.J.Lopes (ed.) Proceedings of the Third LASU Conference. Maputo: Imprensa Univesitária. pp. 19-31.
- Mazrui, A. A. (1996). Language Planning and Gender Planning: Some African Perspectives. International Journal of Sociology of Language. 118, 125-138.
- Mühlhäusler, P. (1996). Lingistic Ecology. London: Routledge. Chapter VI, Mission Languages and Language Policies. pp. 139-172.
- Peirone, F. J. (1967). A Tribo Ajaua do Alto Niassa (Moçambique) e Alguns Aspectos da sua Problemática Neo-Islâmica. Lisboa.
- Prata, A. P. (1983). A Influência da Língua Portuguesa sobre o Swahili e Quatro Outras Línguas de Moçambique. Lisboa.
- Robinson C. D. W. (1993). Where Minorities Are in the Majority: Language Dynamics Amidst Highy Linguistic Diversity. AILA Review 10, 52-70.

Silva, J. F. da, Gunnewiek, L. K. (1992). Portuguese and Brazilian Efforts to Spread Portuguese. International Journal of Sociology of Language 95, 71- 92.

Sitoe, B., Langa, J. M., Simango, A. Z. (1995). "As Línguas Moçambicanas na Rádio Moçambique: Relatório Final do Grupo de Consultoria Técnica no Âmbito das Línguas Moçambicanas." Maputo.

Skutnabb-Kangas, T. (1996). The Colonial Legacy in Educational Language Planning in Scandinavia: From Migrant Labor to a National Ethnic Minority? International Journal of Sociology of Language 118, 81-106.

Veloso, M. T. (1997). Critérios para a Escolha das Línguas a Usar na Educação. In Estratégias de Introdução e Expansão de Ensino em Línguas Moçambicanas. Maputo: INDE. pp.8-9.

Webb, V. (1994). Language Policy and Planning in South Africa. Annual Review of Applied Linguistics 14, 254-273.